

A ortografia também é gente. Falar como os brasileiros ou com os brasileiros?

*The orthography is also people.
Talk as Brazilians or with Brazilians?*

Carlos Reis

Universidade de Coimbra – Portugal



Resumo: De acordo com o imaginário português, o Brasil como país e o brasileiro que ele conformou têm sido glosados na cultura portuguesa desde a carta de Pero Vaz de Caminha. Desse modo, a que consiste em postular a existência de um idioma brasileiro, também ele autonomizado em relação à matriz linguística que é o português, enquanto língua de difusão e implantação colonial. Para os efeitos pretendidos neste texto serão tomados como ponto de partida as obras *As Pupilas do Senhor Reitor* (1867) de Júlio Dinis e *O Crime do Padre Amaro* de Eça de Queirós, dois testemunhos recolhidos na ficção portuguesa do século XIX.

Palavras-chave: Português; Ortografia; Brasil

Abstract: According with the Portuguese imaginary, Brazil as a country and the Brazilian as it has been glossed in Portuguese culture since Pero Vaz de Caminha's letter. Thus, what does it mean to postulate the existence of a Brazilian language, which is also ring-fenced in relation to the matrix language that is Portuguese, a language of colonial diffusion and deployment. In order to achieve the purpose of this paper, *As Pupilas do Senhor Reitor* (1867) by Júlio Dinis and *O Crime do Padre Amaro* by Eça de Queirós will be taken as a starting point, both are testimonies collected in Portuguese fiction of the nineteenth century.

Keywords: Portuguese; Orthography; Brazil

1 A noção de que existe um imaginário português do Brasil é pacífica e dispensa demonstração. De acordo com tal noção, o Brasil como país e o brasileiro que ele conformou têm sido glosados na cultura portuguesa desde a carta de Pero Vaz de Caminha;¹ em vários registos valorativos, essa glosa acentuou-se seguramente nos últimos cento e cinquenta anos. Como quem diz: praticamente desde que o Brasil alcançou a independência política, em 1822. Decorre daqui uma outra questão, bem mais controversa e potenciadora de conflitualidade: a que consiste em postular a existência de um idioma *brasileiro*, também ele autonomizado em relação à matriz linguística que é o *português*, enquanto língua de difusão e implantação colonial.

Não posso aqui entrar na problematização desta tese. O que digo é que esta é uma questão *com gente implicada*, a gente que vive a língua como eixo de afirmação

identitária, às vezes com forte orientação nacionalista. Nos últimos tempos – e curiosamente sobretudo do lado de cá do Atlântico – acentuaram-se as manifestações desta deriva que traz consigo uma perturbadora controvérsia. O Acordo Ortográfico é o cavalo de Troia que no seu bojo transporta tão melindrosa confrontação, mal disfarçada nos debates inflamados que ele tem suscitado. Porque é disso mesmo que se trata, de uma confrontação intercultural que, com base num bem conhecido texto que adiante reencontraremos, bem pode adotar o seguinte lema e motivo de análise: a ortografia também é gente.

Para os efeitos pretendidos neste texto, adoto como ponto de partida dois testemunhos recolhidos na ficção portuguesa do século XIX, testemunhos que, mesmo decorrendo de reações acessórias e espontâneas (mas é o espontâneo que aqui vale como autenticidade), evidenciam alguma coisa do tal imaginário lusitano do Brasil. Assim, pode ler-se num passo d'*As Pupilas do Senhor Reitor* (1867), de Júlio Dinis:

¹ A própria carta de Caminha deu lugar a diversificados comentários e reações. Veja-se o circunstanciado estudo de Maria Aparecida Ribeiro (2003).

- E então que pensas tu de tudo isto, José?
- O que penso? [...] que a culpa é toda de Daniel, isto para mim é de fê. Tem diabo o rapaz! Já vejo que é impossível deixá-lo ficar aqui na terra. Lá me custa que sempre é filho; mas não há outro remédio. Que vá para o Brasil.
- Estas palavras chegaram aos ouvidos de Margarida, e fizeram-na estremecer.
- Para o Brasil? – disse o reitor, abanando com a cabeça em sinal de desaprovação. – Então que há de ir o rapaz fazer para tão longe?
- Pode enriquecer por lá, que é terra para isso. Que dúvida? E pelo menos escusa de andar por aqui a desacreditar as raparigas da aldeia. (DINIS, 1995, p. 328-329)

Segundo testemunho, lido n’*O Crime do Padre Amaro* e no episódio em que Amaro se prepara para sair da casa da S. Joaneira:

- Amaro no entanto em baixo ia emalando a sua roupa. Mas a cada momento parava, dava um *ai* triste, ficava a olhar em redor o quarto, a cama fofa, a mesa com a sua toalha branca, a larga cadeira forrada de chita onde ele lia o Breviário, ouvindo, por cima, cantarolar Amélia.
- Nunca mais! pensava. Nunca mais! [...]
- A S. Joaneira e o cônego apareceram então à porta do quarto. O cônego resplandecia; e a S. Joaneira disse, muito magoada:
- Já sei, já sei, seu ingrato!
- É verdade, minha senhora, fez Amaro encolhendo os ombros tristemente. Mas há razões... Eu sinto...
- Olhe, senhor pároco, disse a S. Joaneira, não se ofenda com o que lhe vou dizer, mas eu já lhe queria como filho... – E levou o lenço aos olhos.
- Tolices! exclamou o cônego. Pois então ele não pode vir aqui em amizade, passar as noites para o cavaco, tomar o seu café?... O homem não vai para o Brasil, senhora! (QUEIRÓS, 2000, p. 349 e 351)

Em ambos os textos, curiosamente, o Brasil surge ligado a intrigas amorosas. Para além disso, falar do Brasil é convocar os sentidos da partida e da distância, em função de um destino geográfico que condiciona ou pode condicionar um destino pessoal; a mudança e o enriquecimento possível são, naquele tipo de evocação (apetece olhar os dois testemunhos como partes solidárias de um díptico), a contraparte da ausência, do desgosto, da saudade e mesmo da perda. Diferentemente destes sentidos, a África como destino não é, pelo menos naquele tempo, comparável ao Brasil. Mais: se ela aparece, as conotações que envolve são de outra natureza, pois que a “costa de África” se associa sobretudo a punição criminal,² num tempo em que as colónias constituíam lugar remoto, seguramente inóspito e de certa forma esquecido – até que a cobiça europeia pelo continente africano e o Ultimato

britânico fizeram despertar, tarde de mais, a consciência portuguesa.

Foi também tarde de mais que o poder político português, já em tempo de exaustão do Império, se referiu à possibilidade de olharmos as colónias como (disse-o Marcello Caetano) “novos Brasis”. Se atendermos a que esses putativos “novos Brasis” seriam também consequência da implantação africana do português, então confirma-se que a reflexão sobre a relação entre Portugal e o Brasil, no plano que aqui me interessa, passa pela questão do idioma comum. E assim, podemos falar *com* os brasileiros enquanto povo, na medida em que a língua que eles falam tem alguma coisa de identitário, aproximando-os, pelo menos no plano histórico, de nós. Vou mais longe e, postulando a língua como gente, pergunto: falar com os brasileiros e debater com eles o idioma comum conduz, inevitavelmente, a falar *como* os brasileiros?

2 Há coisas já amplamente conhecidas acerca do imaginário português do Brasil. Uma delas: o brasileiro como personagem e como tema literário, sendo que este brasileiro é o português de torna-viagem que, sem ter perdido por completo a rudeza campesina que levou na bagagem para o lado de lá do Atlântico sul, trouxe consigo, no regresso à “terrinha”, alguma coisa (o sotaque, por exemplo) dos lugares exóticos que conheceu. Desde o século XVIII até meados do século XX, a galeria de brasileiros da literatura portuguesa povoa obras tão distintas como as de Correia Garção e Gomes de Amorim, Júlio Dinis e Fialho de Almeida, Camilo Castelo Branco e Eça de Queirós, Luís de Magalhães e Ferreira de Castro, Aquilino, Miguel Torga e Joaquim Paço d’Arcos. Em todas elas, de forma mais ou menos elaborada, a representação deste brasileiro depende diretamente de configurações narrativas que enquadram e modelam o tempo das suas vidas, tempo em que viagem, ausência, regresso e mudança (mudança económica, social e mental) configuram motivos estruturantes que parecem (e são) conaturais ao princípio da narratividade.

Para além de todos estes (e antes de quase todos eles), o poeta Filinto Elísio registou, num longo e mordaz poema narrativo intitulado “Conto”, o destino, a labuta, as ilusões e as desilusões do brasileiro-português. Escreve Filinto, naquele que é certamente um dos textos fundacionais deste veio literário:

² Um caso que causou comoção na opinião pública portuguesa do séc. XIX: o degredo de José Vieira de Castro para Angola, por ter assassinado a mulher. Também a ficção de Eça aludiu à função punitiva da costa de África: quando, n’*O Primo Basílio* (1878), Sebastião quer ameaçar Juliana, aparece a imagem de África: “Calculava naturalmente que Juliana, vendo, àquela hora da noite, o polícia com o seu terçado, se atterraria, imaginaria logo a Boa Hora, o Limoeiro, a costa de África, entregaria as cartas, pediria misericórdia!” (cf. *O Primo Basílio*, 393-394).

Saiu da Samardã certo Pedreiro
 Faminto de ouro, em busca da Fortuna.
 Embarca, vai-se ao Rio, deita às Minas
 E lida, e fossa, e sua, arranca à Terra
 O luzente metal, que o Vulgo adora.
 Vem rico à Samardã; vinhas, searas
 Casas, móveis, baixela compra fofo;
 [...] vem o Cura
 Saudá-lo co' a água benta; os mais graúdos,
 Do lugarejo a visitá-lo acorrem;
 Para ele os rapapés, as barretadas
 Se apostavam de longe, a qual mais prestes.
 [...] Volta enfadado [de Paris]
 À sua Samardã. “Gabam tal gente
 De polida? Oh mal haja, quem tal disse!
 Corri Casas, Palácios, corri ruas
 Não vi um só, nem Grande, nem Plebeu,
 Que, ao passar, me corteje c' o chapéu” (ELÍSIO, 1999,
 t. III, p. 95)

Vai-se, deste modo, fixando a tal personagem-tipo, o brasileiro de torna-viagem, que veio a conhecer significativa fortuna crítica em Portugal e também no Brasil.³ A elaboração dessa personagem deduz-se de um processo de tensão discursiva, articulando as determinações da modelização ficcional e os propósitos de representatividade social subjacentes àquele processo; em direta relação com ele, emerge na construção ficcional do brasileiro de torna-viagem uma predominante dimensão crítica a que não são estranhos preconceitos que atingem não só aquele singular “brasileiro”, mas também o espaço socioeconómico que o moldou como tal. Noutros termos: o que o brasileiro de torna-viagem traz consigo não são os vestígios de um espaço tropical idealizado, mas sim o estigma da exploração escravagista, os tortuosos caminhos por onde chegou à riqueza, a insalubridade dos climas e, por cima de tudo isso, a materialidade que nele permaneceu e mesmo se acentuou.

Não se dirá que é este o imaginário do Brasil que nos nossos dias conhecemos. Tendo sido glosado *grosso modo* na segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX, ele pode dizer-se hoje ultrapassado por outros motivos de tematização literária. Depois da emigração para o Brasil, a emigração portuguesa alargou-se a outras partes do mundo, com outras idiosincrasias, recortadas em diferentes cenários económico-sociais. Mais: foram-se desvanecendo (mas não estão inteiramente abolidas) as visões eurocêntricas que enformavam a representação do Brasil e do brasileiro, ao mesmo tempo que se acentuava a propensão para valorizar no *outro* olhar pelo europeu – fosse este emigrante, explorador, artista ou turista – o seu potencial de diálogo intercultural, sem exclusividade de pontos de vista. O que não impede que tenha sido muito forte na nossa cultura a prevalência do brasileiro de torna-viagem, incluindo outros aspetos do seu imaginário, para

além daqueles que a literatura privilegiou: a arquitetura, o mobiliário, a indumentária, a intervenção social, etc.⁴

Deve notar-se, aliás, que mesmo no auge da ilustração literária daquela tão burlesca figura, algumas tentativas procuraram destacar, no brasileiro e no Brasil, outras feições. Quando em 1886 Luís de Magalhães publica *O Brasileiro Soares*, o que está em causa é um gesto de reabilitação; a revisão realista do estereótipo romântico e preconceituoso em que se cristalizara o brasileiro de torna-viagem cede passagem agora a uma espécie de suavização do que nele havia de negativo. Foi Eça de Queirós quem primeiro o notou, também porque lhe coube, num texto admirável, prefaciá-lo o romance do amigo. “V. desbrasileirou o *brasileiro*, humanizando-o”, concluiu Eça, não sem antes explanar o seu raciocínio:

V., portanto, indo buscar o *brasileiro* a esses limbos da caricatura disforme, para o fazer reentrar na Natureza, e na partilha comum do bom e do mau humano; revestindo-o, pela verdade observada, de todas as excelências morais de que o despira, sistematicamente, a calúnia romântica; mostrando no antigo tipo do bruto a possível existência do santo – executou uma verdadeira reabilitação social. (QUEIRÓS, Prefácio ...”, p. 121-122)

Curiosamente, na expressão queirosiana “desbrasileirou o brasileiro” aflora ainda o preconceito de que falei, como se humanização e condição brasileira não pudessem conviver pacificamente na mesma pessoa. É claro que Eça tinha presente sobretudo aquele singular “brasileiro” que era o emigrante português; mas a verdade é que não parece, naquela expressão, anulada em definitivo a ideia de uma terra e de uma cultura em emancipação, projetando defeitos difíceis de rasurar sobre quem naquela terra vivia ou vivera. O que, tudo por junto, patenteia a dificuldade de superar um juízo crítico que noutros textos de Eça persiste.

Isso não impede que o grande romancista português tenha tentado, quase sempre de forma enviesada ou tardia, proceder a uma refiguração valorativa do brasileiro. Aconselhavam-no a isso as suas relações literárias com o Brasil, sobretudo através da *Gazeta de Notícias*, jornal em que Eça longamente colaborou. É conhecido o episódio da revisão (e correção) da “farpa” composta por ocasião da visita do imperador D. Pedro II a Portugal, texto que reaparece com outra feição no volume *Uma Campanha*

³ Refira-se aqui o estudo ainda sugestivo de Guilhermino César (1969). Outros contributos vieram depois deste, designadamente por Alexandre Cabral, Beatriz Berrini, Clara Rocha, Manuel Simões, etc.

⁴ Veja-se, a este propósito, o exuberante catálogo da exposição *Os Brasileiros de torna-viagem no Noroeste de Portugal* (Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000).

Alegre.⁵ E quando, em textos já relativamente tardios, retoma a crítica ao Brasil e ao brasileiro, Eça desloca a responsabilidade do discurso crítico para uma visão *outra*, que é a de Carlos Fradique Mendes: acontece assim n' *A Correspondência de Fradique Mendes* em carta a Madame de Jouarre e, sempre em registo epistolar, numa carta a Eduardo Prado, a pretexto de uma suposta viagem de Fradique ao Brasil, país onde Eça nunca esteve.⁶ Em ambos os casos a deriva para a alteridade, a relativização irónica e alguns laivos de desconstrução paródica conjugam-se para tornar a crítica ao Brasil um procedimento mais ameno e menos contundente. Tudo isto reforçado por um (talvez) acidente editorial: a carta a Eduardo Prado acabou por ficar inédita e só postumamente foi publicada, no volume *Últimas Páginas*, em 1912.

Para Fradique, o comendador Pinho ilustra uma imagem do Brasil enquanto cúmplice de uma cultura de emigração que recebe portugueses para os devolver à pátria como “brasileiros”. É essa cultura de emigração que em parte origina uma economia estática, fundada na prática de uma poupança passiva, aquém de qualquer lógica de investimento ou desenvolvimento; de alguma maneira, o país que fomenta comportamentos como os do “brasileiro” Pinho é, do ponto de vista de Fradique Mendes, indiretamente responsável pelo imobilismo económico que aquela personagem traduz. E assim, a redução de Pinho à “qualidade meritória” que é a de ser inofensivo como um lobinho constitui o desenlace de um percurso crítico que nem por ser irónico é menos devastador: “Socialmente, Pinho é um lobinho”, declara Fradique Mendes; “ora nada mais inofensivo que um lobinho: e nos nossos tempos, em que o Estado está cheio de elementos mórbidos, que o parasitam, o sugam, o infecionam e o sobre-excitam, esta inofensibilidade de Pinho pode mesmo (em relação aos interesses da ordem) ser considerada como qualidade meritória” (QUEIRÓS, 1900, p. 194).

No caso da carta a Eduardo Prado, Fradique reafirma o que, do seu ponto de vista, deveria ser um Brasil efetivamente *brasileiro*, um Brasil reconciliado com uma autenticidade rural perdida, cuja identidade não fosse adulterada pela imitação de modelos europeus: “A minha impressão”, declara Fradique, “é que os brasileiros, desde o Imperador ao trabalhador, andam a desfazer e, portanto, a estragar o Brasil”; estabeleceu-se “uma tremenda orgia: ensinou-se aos sabiás a gorjear *Madame Angot*, e vendedores de retalho citavam Augusto Comte...” Conclusão: este é um Brasil desfigurado e enfarpelado “numa fatiota europeia, feita de Francesismo, com remendos de vago Inglesismo e de vago Germanismo” (QUEIRÓS, 1912, p. 448, 452-453 e 454).

Insisto, entretanto, no que já afirmei: não é Eça quem reivindica um Brasil *brasileiro*, um Brasil em que de certa forma se antecipam valores e representações

que o primitivismo modernista do século XX tratou de reclamar; é um outro sujeito, em relação a Eça, quem o faz, parecendo claro que o discurso enunciado por Fradique, sendo ideologicamente autónomo, não se isenta de controvérsia. Com efeito, a questão brasileira não era pacífica para Eça, num tempo ainda próximo do Brasil-colónia, com todas as inibições que essa proximidade implicava quanto à viabilidade de um diálogo cultural equilibrado entre Portugal e o Brasil.⁷

3 É sobre estas reflexões que baseio uma outra que delas decorre, interessada naquilo a que chamarei o imaginário cultural do idioma. As questões que ele convoca são muitas vezes da ordem da confrontação, ou seja, envolvem comparações e tensões, em geral decorrentes de vivências emocionais da língua portuguesa, no vasto espaço em que ela é falada. É desse ponto de vista que afirmo que o idioma é gente, postulado que alarga e generaliza uma *boutade* normalmente atribuída (mal atribuída) a Fernando Pessoa, segundo a qual “a ortografia também é gente”.

Importa rever (e rever criticamente) dois testemunhos que trazem consigo a tal feição do idioma como gente. O primeiro desses testemunhos é um muito citado soneto de Olavo Bilac, que tratarei de comentar brevemente, também em função do que tem sido o seu destino cultural. Diz Bilac, nesse texto inserto no volume póstumo *Tarde* (1919):

Última flor do Lácio, inculta e bela,
És, a um tempo, esplendor e sepultura:
Ouro nativo, que na ganga impura
A bruta mina entre os cascalhos vela...

Amo-te assim, desconhecida e obscura,
Tuba de alto clangor, lira singela,
Que tens o trom e o silvo da procela
E o arrollo da saudade e da ternura!

⁵ Paulo Cavalcanti estudou extensivamente este assunto, no que respeita à repercussão no Brasil do que chamou “os destampatórios das *Farpas*” (cf. 1983, p. 31-44, *passim*). A “farpa” a que me refiro é aquela que, começando, em fevereiro de 1872, com a expressão “Há longos anos o *Brasileiro* é entre nós o tipo de caricatura – mais francamente popular” (QUEIRÓS/ORTIGÃO, 2004, p. 390) é reelaborada nestes termos: “Há longos anos o *Brasileiro* (não o brasileiro brasílico, nascido no Brasil – mas o português que emigrou para o Brasil e que voltou rico do Brasil) é entre nós o tipo de caricatura mais francamente popular” (QUEIRÓS, 1969, v. II, p. 87).

⁶ Veja-se, a este propósito, o exuberante catálogo da exposição *Os Brasileiros de torna-viagem no Noroeste de Portugal* (Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000).

⁷ Não é certamente exagerado pensar que o Eça que escreveu crónicas para o Brasil fê-lo do ponto de vista de uma superioridade que era a de alguém que, a partir da Europa em que vivia, se dirigia uma nação e a um povo para ele carecidos dessa palavra culturalmente europeia e atualizada que ele enunciava. Conforme observa Elza Miné, referindo-se ao Eça cronista escrevendo para o Brasil, “a sua voz é também uma voz eurocêntrica. Se é bem verdade que acerbamente critica as mazelas europeias, quando se volta especificamente para o Brasil é sempre contando com o interesse que este teria – ou deveria ter – no juízo europeu, numa avaliação ‘civilizada’, enfim” (MINÉ, 2000, p. 36).

Amo o teu viço agreste e o teu aroma
De virgens selvas e de oceano largo!
Amo-te, ó rude e doloroso idioma,

Em que da voz materna ouvi: “meu filho!”
E em que Camões chorou, no exílio amargo,
O gênio sem ventura e o amor sem brilho!

À superfície do texto de Bilac – uma empolgada celebração da língua e da sua capacidade expressiva – está bem patente uma pessoalíssima valoração do idioma e das dimensões afetivas e representacionais que ele envolve. Desse ponto de vista, a língua é indissociável da memória de gente que o poeta quase devotadamente evoca, seja a da “voz materna”, seja a do poeta Camões. Mas no subtexto dos versos de Bilac ecoa, a meu ver, alguma coisa da confrontação de que falei e das tensões que ela envolve. Se a língua é “ouro nativo”, ela é também um cenário de paradoxos em que avulta a consciência de uma decadência mal disfarçada pelos termos da mencionada celebração. Os paradoxos de uma língua “inculta e bela”, que é “esplendor e sepultura” anunciam, afinal, o desenlace melancólico que culmina na alusão ao grande poeta infeliz e incompreendido. A “última flor do Lácio” surge, assim, como memória e último reduto de uma cosmovisão e de uma retórica em que exotismo tardo-romântico e nostalgia cultural se misturam. Não é o fim da língua, mas é, para o poeta, o definhar de um mundo em que ela vai perdendo os laços que matricialmente a ligavam ao Lácio e à gente que nele e nessa matriz se revia.

Quero crer que, estando hoje superada aquela retórica, o soneto de Bilac pouco diz a quem no Brasil pensa, fala e escreve a língua portuguesa muito para além do Lácio perdido e do “gênio sem ventura”, esse que não pode deixar de lembrar a hegemonia do português “metropolitano”. Antes ainda de trazer aqui o testemunho de Caetano Veloso, refiro-me apenas à presença do texto de Olavo Bilac no chamado ciberespaço, presença muito frequente e não raro parodicamente “dessacralizada” por comentários como aquele que é assinado por Marcelo R., que explica assim a imagem que abre o soneto: “Porque o Lácio num ato de rebeldia aboiolada arrancou com suas unhas postiças todas as flores do seu jardim, só sobrou essa... logo a última flor do Lácio, só resta saber se o Lácio, é o Lácio de Cá ou o Lácio de Lá!”⁸ Assim mesmo: o Lácio ou o que dele resta tem agora dois lados, o de cá, que é o Brasil e o “seu” português, e o de lá, quer dizer, Portugal e o português que o texto de Marcelo R. coloca em paralelo (logo: sem ascendente que se admita) com o “Lácio de Cá”. É esta, reconheça-se, uma maneira bem singular de afirmar que o idioma não é gente, mas gentes concretas e em lugares diversos, num plural que terá que incluir também as gentes de África e de outras paragens que, neste caso, o bloguista não teve em conta.

4 Em Bernardo Soares a dimensão da língua como gente é acentuada em termos ambíguos, uma vez que o semi-heterónimo de Pessoa parece privilegiar uma conceção individualista do idioma, à margem da dimensão plurinacional e multicultural que hoje lhe reconhecemos. Refiro-me, evidentemente, ao fragmento 333 do *Livro do Desassossego* em que se disserta acerca da língua como pátria. Ora, não podemos ler o que Soares escreveu no texto em causa sem termos em conta, antes de tudo, que, no seu tempo,⁹ aquela dimensão era praticamente ignorada; não só eram apenas dois os países de língua oficial portuguesa, como sobretudo o Brasil era, do lado português, quase sempre ignorado em matéria linguística (recorde-se o que se passou com a Reforma Ortográfica de 1911). Afirmando, então, que a utilização avulsa e mesmo ligeira das palavras de Bernardo Soares induz em equívocos que devem ser cancelados, equívocos determinados também por procedimentos de citação quase sempre parcelares e descontextualizados. Digo em Bernardo Soares porque é ele quem as subscreve e não Fernando Pessoa, ao contrário do que pensam quantos enxertam aquele texto do *Livro do Desassossego* em estafados discursos eufóricos sobre a língua portuguesa.

Bernardo Soares parte de uma postulação da língua como corpo (corpo de gente: “as palavras são para mim corpos tocáveis, sereias visíveis, sensualidades incorporadas”), deriva depois para uma contemplação em que a sedução da forma anula a racionalidade (“Assim as ideias, as imagens, trémulas de expressão, passam por mim em cortejos sonoros de sedas esbatidas, onde um luar de ideia bruxuleia, malhado e confuso”) e chega à comovida recordação de uma página do Padre António Vieira, culminância de uma vivência instintiva que se assemelha a “uma grande emoção política”. É depois disso que encontramos o passo que aqui importa e que deve ser citado, para bem nos entendermos, de forma não truncada:

Não tenho sentimento nenhum político ou social. Tenho, porém, num sentido, um alto sentimento patriótico. Minha pátria é a língua portuguesa. Nada me pesaria que invadissem ou tomassem Portugal, desde que me não incomodassem pessoalmente. Mas odeio, com ódio verdadeiro, com o único ódio que sinto, não quem escreve mal português, não quem não sabe sintaxe, não quem escreve em ortografia simplificada, mas a página mal escrita, como pessoa própria, a sintaxe errada, como gente em que se bata, a ortografia sem epsilon, como um esgaro direto que me enoja independentemente de quem o cuspiu.

⁸ Em Yahoo Respostas (2007): <http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20061222052336AARITGr> [21 de julho de 2011].

⁹ O fragmento 333 foi publicado em vida de Pessoa, em *Descobrimento*. *Revista de Cultura*, n. 3, p. 409-410, 1931.

Sim, porque a ortografia também é gente. A palavra é completa vista e ouvida. E a gala da transliteração greco-romana veste-ma do seu vero manto régio, pelo qual é senhora e rainha. (PESSOA, 2010, t. I, p. 325-326)

Desambigui-se, antes de mais, aquele passo em que Soares declara não odiar “quem escreve mal português”, mas antes “a página mal escrita, como pessoa própria”. Atinge-se, deste modo, o estágio de ponderação em que o texto (o texto que na “página mal escrita” se exhibe e a língua que o dita) se autonomiza “como pessoa própria”, sendo a ortografia (que “também é gente”) a sua face materialmente visível.

Engana-se, por isso, quem lê neste texto o elogio de uma conceção “patriótica”, conservadora e até arcaizante do idioma e sobretudo da ortografia, defendida por Fernando Pessoa. Importa relativizar. Primeiro (e como já se disse): não é Pessoa quem aqui se manifesta, mas sim Bernardo Soares; e no universo pessoano isto não é, como se sabe, coisa despicienda. Segundo: a afirmação de patriotismo é radicalmente (reduzidamente) linguística e não política (recorde-se: “Nada me pesaria que invadissem ou tomassem Portugal, desde que não me incomodassem pessoalmente”). Terceiro: sendo gente, a ortografia é tão transitória, superficial e circunstancial como a veste que ela exhibe. Quarto: a transliteração greco-romana é isso mesmo, mudança (*trans*: além de, para lá de, depois de) e sobretudo atualização histórica (o que agora tem ípsilon depois acabará por perdê-lo; implicitamente Bernardo Soares sabe disso¹⁰). Mais: os comentadores deste texto normalmente limitam-no à famosa *boutade*, aparentemente patriótica: “A minha pátria é a língua portuguesa”. Ora, o que está escrito é: “Minha pátria é a língua portuguesa”, assim mesmo, sem o artigo, uma omissão que inevitavelmente aproxima aquela expressão do uso brasileiro. Forçando um pouco (mas não muito), dir-se-ia: um Bernardo Soares afinal (e ironicamente) pouco patriótico escreveu *como* os brasileiros e, desse modo, falou também *para* os brasileiros ou até *com* os brasileiros. Ou seja e parafraseando o cibernauta semianónimo: falou do Lácio de cá para o Lácio de lá.

5 Apontando para a necessidade de repensarmos a imagem pessoana da língua como pátria, Eduardo Lourenço, num ensaio intitulado “Da língua como pátria”, desmistificou as utilizações a que aquela asserção tem dado lugar, notando: “Na verdade, o que Pessoa queria

dizer, e disse, foi que, à parte a língua portuguesa, universo por assim dizer imaterial do qual extraía a matéria dos seus sonhos [...], ele não tinha **pátria**. Quer dizer, pátria no mero sentido ‘patriótico’ e, de algum modo, anedótico do termo” (LOURENÇO, 1994, p. xvi). Reduzida, por assim dizer, a ser “essa pátria das origens e original que só a poesia, em última instância, pode falar”, a língua resolve-se num potencial de diferenças e de afirmações identitárias, que são, ao mesmo tempo e paradoxalmente, afirmação de vitalidade e risco de explosão desagregadora. De novo Eduardo Lourenço: “A nossa língua é hoje, como o foi para o Brasil, uma pluralidade de **pátrias**. Com o tempo, sem dúvida, os brasileiros, os angolanos, os moçambicanos, os caboverdianos, os guineenses, farão com a nossa língua comum o que os lusitanos fizeram outrora com a língua imperial – e imperiosa – dos romanos embora nós nunca tenhamos sido – salvo em África – os romanos deles” (*Loc. cit.*, xvi).

Do meu ponto de vista, é a ortografia uma das cenas (não a única, como é óbvio) de convivência que aquela pluralidade de pátrias favorece. Uma ortografia que hoje pode ser a “ortografia simplificada” de que falava Bernardo Soares, com as suas oscilações, com os seus ajustamentos e com as suas convenções; é nesse sentido que “a ortografia também é gente”, corpo da língua que vivemos como extensão do nosso corpo de gente, não raro em confrontação potencialmente conflituosa com os corpos de outras gentes.

Passa por aqui uma componente importante da relação de Portugal (e dos portugueses) com um Brasil representado e consumido mais em função de imagens estereotipadas (foi assim também com o “brasileiro” ficcional de oitocentos) do que com base no conhecimento efetivo e profundo de uma grande nação e de uma grande cultura. Um Brasil que, consabidamente e parafraseando Vinícius de Moraes, “não é um, é tantos”. De novo Eduardo Lourenço: “Também nós, embora vejamos o Brasil – e como seria possível não o ver? – também não *vemos*, o que se chama ver, a cultura brasileira. Mas ao menos *ouvimo-la*, pois a sua sedutora música ocupa na nossa escuta um lugar de eleição” (Lourenço, 1996, p. 39).

A “sedutora música” do Brasil pode ser a sua prosódia (o que muitos designam “falar como os brasileiros”) e a sua extraordinária criatividade estilística. Acontece que a “sedutora música” do Brasil é-o também em sentido literal: a música e os textos que com ela se articulam constituem uma específica forma de afirmar um Brasil emancipado e linguisticamente confrontado com a antiga metrópole. Confrontado, esclareça-se, porque capaz de se colocar *de frente* para o Outro que ele agora encara como tal, assumida que está uma identidade que legitima o enfrentamento com a alteridade e o diálogo possível com ela.

¹⁰ Por isso mesmo, concordamos com o critério de Maria Alzira Seixo quando, na sua edição antológica do *Livro do Desassossego*, decidiu atualizar a ortografia. Para aquela estudiosa (que se refere expressamente ao texto que tenho estado a comentar), Bernardo Soares “defende, não a *fidelidade* ortográfica, mas a *significação* que da ortografia se tira e que corresponde a uma justeza entre o corpo da palavra, o tempo e o sentido” (Seixo *apud* Pessoa 1986: 32).

Caetano Veloso protagoniza bem esse movimento de afirmação quando emblematicamente canta “Língua” (do CD *Noites do Norte ao Vivo*), um admirável poema, mesmo quando escutado do lado de cá do Atlântico. Um *lado de cá* em cuja memória persistem textos e figuras canônicas, que justamente Caetano trata de subverter. Lembro o poema:

Gosto de sentir a minha língua roçar
A língua de Luís de Camões
Gosto de ser e de estar
E quero me dedicar
A criar confusões de prosódia
E uma profusão de paródias
Que encurtem dores
E furtem cores como camaleões

Recordo-me da perplexidade que esta canção de Caetano suscitou, quando começou a ser escutada em Portugal, uma perplexidade suscitada por aquilo que, para a recepção portuguesa, é mais provocatório: a invocação de Camões naquele contexto, a carga de erotismo (não isenta de conotações de homossexualidade) e a propositada ambivalência daquela “língua”, que é língua-idioma e língua-corpo.

É no desenvolvimento de uma subversiva desconstrução cultural e linguística que, por fim, se contesta no poema de Caetano Veloso uma certa imagem do Portugal metropolitano e eurocêntrico, levando a uma reorientação que atinge até a famosa imagem da língua como pátria. Decerto que (diz Caetano) “minha pátria é minha língua”, mas já não a portuguesa, antes a da Mangueira, encenada na euforia carnavalesca do sambódromo, flor do Lácio reinventada nos trópicos:

E deixe os Portugais morrerem à míngua
“Minha pátria é minha língua”
Fala Mangueira! Fala!

Flor do Lácio Sambódromo
Lusamérica latim em pó
O que quer
O que pode essa língua?

O que quer (o que deve querer) a língua reivindicada por Caetano Veloso é um espaço próprio, sem centro nem margens. Assim é: “A língua é minha pátria/E eu não tenho pátria: tenho mátria/Eu quero fátia”.¹¹

6 Chego, por este caminho, à questão do acordo ortográfico e a alguns traumas (em particular, a um desses traumas) que, por causa dele, há cerca 20 anos arrastadamente se exibem entre nós. E recordo que, aquém de reflexões com inquestionável densidade científica e cultural, as intervenções que sobre o dito

acordo temos podido ler e ouvir são não raro pautadas por um nacionalismo insuportável e por uma assustadora falta de visão estratégica.

Um dos argumentos ainda agora repetidos *ad nauseam* é o de que, com o acordo ortográfico, passaremos a “falar como os brasileiros”. Talvez porque gosto de ouvir “falar como os brasileiros” (sabendo mesmo que nem todos os brasileiros, de norte a sul do Brasil, falam da mesma maneira) nunca me assustou muito uma tal “ameaça”, até porque há anos que ela é mais do que isso: “como os brasileiros” fala-se nas telenovelas da Globo, sem escândalo público e até com notórias consequências no léxico do português dos nossos dias. Falta dizer o que é óbvio, mas quase sempre escapou aos assustadiços defensores da nossa pureza idiomática: um acordo ortográfico não implica que automaticamente *se fale* como os brasileiros, uma vez que as suas consequências, no plano fonológico, são praticamente nulas e inexistentes, no domínio da sintaxe. Ou seja: justamente naqueles domínios da língua em que os brasileiros “falam como brasileiros”.

A verdade é que por causa do acordo ortográfico voltou à praça pública portuguesa um complexo que persiste entre nós: o de uma conceção da língua portuguesa como património exclusivo dos portugueses, que a si mesmos se veem como putativos fiscais do idioma. Não tem que ser assim, obviamente. E é bom que se insista no seguinte: o português e o seu futuro dependem e muito da capacidade de afirmação internacional de um país com o potencial geopolítico do Brasil;¹² nesse concerto, Portugal pesa pouco quantitativamente (quero dizer: nos planos demográfico e económico), mas significa alguma coisa, nos planos simbólico e político, incluindo-se neste último a condição de membro da União Europeia, condição que há de ser realçada como uma mais-valia importante. Por isso mesmo, bom seria que uníssemos esforços – e que nos puséssemos *de acordo*, de uma vez por todas.

De acordo, então: escrevamos, nalguns pormenores da ortografia, como os brasileiros, porque eles, numa atitude de equilibrada cumplicidade conosco, também o fazem como nós; assim poderemos mais facilmente falar (num sentido lato que é o de *dialogar*) *com os brasileiros*; e com os africanos e com os timorenses, numa comunidade

¹¹ Retomei aqui partes de uma reflexão intitulada “O Brasil é português e não espanhol: confusões de prosódia”, *Convergência Lusitana*, 20, 2003, p. 44-60.

¹² No momento em que escrevo este texto há notícias que, não sendo propriamente novidades, confirmam o que aqui digo. Por ocasião da participação da presidente do Brasil numa reunião do grupo de países conhecidos por BRICS, um semanário português noticiava: “Língua portuguesa ganha projeção”; e a seguir: “Os BRICS trouxeram mais projeção ao Brasil e à língua portuguesa”, diz a professora Tarsila Borges, que ensina português na Universidade de Pequim (Beida). “Ao contrário do inglês, espanhol ou francês, ensinados há muito na China, o português aparece como uma língua nova, falada em vários países, o que não acontece com o italiano ou o alemão” (*Expresso*, 16 de abril de 2011, p. 39).

que só o será se, respeitando as diferenças, soubermos valorizar as convergências. Afirmo, deste modo, que os limites da língua são apenas e tão-só aqueles que os preconceitos nela são capazes de traçar, em nome de um falso purismo que os grandes escritores da língua portuguesa constantemente desmentem. E sublinho também que falar *como os brasileiros* é enriquecer um idioma que, “do Lácio de lá”, nos propõe imagens de superação da distância e das fronteiras. Lembro versos de Ruy Guerra, escritos num tempo ainda recente, tempo sombrio em que o Brasil quis ser um “imenso Portugal”:

Com avencas na caatinga
Alecrins no canavial
Licores na moringa
Um vinho tropical
E a linda mulata
Com rendas do Alentejo
De quem numa bravata
Arrebata um beijo.
Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal
Ainda vai tornar-se um imenso Portugal.¹³

É isto incoerente? Estão os versos do “Fado Tropical” carecidos de lógica semântica e de sisudo rigor cultural? Há muitos anos, Garrett, com a genial intuição dos grandes renovadores da língua, antecipou uma lúcida crítica aos que entendem o idioma e o imaginário cultural que ele plasma como um processo rigidamente coerente e confinado pelos ditames da lógica. Cito e termino:

Detesto a filosofia, detesto a razão; e sinceramente creio que num mundo tão desconchavado como este, numa sociedade tão falsa, numa vida tão absurda como a que nos fazem as leis, os costumes, as instituições, as conveniências dela, afetar nas palavras a exatidão, a lógica, a retidão que não há nas coisas, é a maior e mais perniciososa de todas incoerências. (GARRETT, 2010, p. 384-385)

Referencias

CAVALCANTI, Paulo. *Eça de Queiroz agitador no Brasil*. 3. ed. Recife: Editora Guararapes, 1983.

CÉSAR, Guilhermino. *O Brasileiro na ficção portuguesa: o direito e o avesso de uma personagem tipo*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1969.

DINIS, Júlio Dinis. *As pupilas do Senhor Reitor*. 3. ed. Lisboa: Ulisseia, 1995.

ELÍSIO, Filinto [pseud.]. *Obras completas de Filinto Elísio*. Edição de Fernando Moreira. Braga: Edições da APPACDM Distrital de Braga, 1999.

GARRETT, Almeida. *Viagens na minha terra*. Edição de Ofélia Paiva Monteiro. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2010.

LOURENÇO, Eduardo. Da língua como pátria. In: *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, n. 618, p. xvi, 1994.

LOURENÇO, Eduardo. Cultura e Lusofonia ou os três anéis. In: *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, n. 678, p. 39, 1996.

MINÉ, Elza. *Páginas flutuantes: Eça de Queirós e o jornalismo no século XIX*. São Paulo: Ateliê Editorial.

PESSOA, Fernando. *Livro do desassossego de Bernardo Soares*. Apresentação crítica, seleção e sugestões para análise literária de Maria Alzira Seixo. Lisboa: Editorial Comunicação, 1986.

PESSOA, Fernando. *Livro do desasocego*. Edição de Jerónimo Pizarro. Edição Crítica de Fernando Pessoa. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2010.

QUEIRÓS, Eça de. Prefácio do “Brasileiro Soares” de Luís de Magalhães. *Notas Contemporâneas*. Lisboa: Livros do Brasil, [s.d.].

QUEIRÓS, Eça de. *O primo Basílio*. Lisboa: Livros do Brasil, [s.d.].

QUEIRÓS, Eça de. *A correspondência de Fradique Mendes*. Porto: Livraria Chardron, 1900.

QUEIRÓS, Eça de. *Últimas páginas*. Porto: Livraria Chardron, 1912.

QUEIRÓS, Eça de. *Uma campanha alegre. De “As Farpas”*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1969.

QUEIRÓS, Eça de. *O crime do Padre Amaro*. Edição de Carlos Reis e Maria do Rosário Cunha. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

QUEIRÓS, Eça de; ORTIGÃO, Ramalho. *As Farpas*. Crónica mensal da política, das letras e dos costumes. Coord. geral e introdução de Maria Filomena Mónica. 2. ed. Cascais: Principia, 2004.

QUEIRÓS, Eça de. *Textos de Imprensa V (da Revista Moderna)*. Edição de Elena Losada Soler. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

RIBEIRO, Maria Aparecida. *A carta de Caminha e os seus ecos*. Estudo e Antologia. Coimbra: Angelus Novus, 2003.

Recebido: 02 de julho 2011

Aprovado: 10 de agosto de 2011

Contato: nop62250@mail.telepac.pt

¹³ Em <http://letras.terra.com.br/ruy-guerra/989543/> [21 de julho de 2011].